

# Comunidade deve participar

O Procurador da Universidade de Brasília, Roberto Aguiar, durante palestra realizada ontem no Projeto Pró-Lei Orgânica do Distrito Federal — organizado pela UnB —, defendeu a necessidade de todas as forças progressistas se unirem para garantir a participação popular na elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Segundo Roberto Aguiar, a Câmara Legislativa, responsável pela sua elaboração terá poderes de Assembléia Legislativa e de Câmara dos Vereadores, além de poder ser considerada uma constituinte estadual. Por isso, argumentou esta será uma experiência única em todo o País porque a Câmara Legislativa “terá mais poderes do que qualquer outra Assembléia Legislativa do Brasil”.

## Participação

Na opinião de Roberto Aguiar, a partir da elaboração do regimento que norteará os trabalhos da Câmara Legislativa, as forças progressistas devem estar atentas para garantir regimentalmente a participação popular. Depois disso, a votação do texto final da Lei Orgânica deveria ser acompanhada por “pressões populares sobre os constituintes distritais”. Por fim, ele ressaltou que a mobilização popular não deve se encerrar com a aprovação da lei, mas continuar para garantir a regulamentação de todos os dispositivos que não forem considerados auto-aplicáveis, para

evitar o mesmo que aconteceu com o Congresso Nacional que não aprovou a legislação complementar à Constituição que está em vigor.

Na opinião de Roberto Aguiar, o Distrito Federal deve ser considerado como um Estado “híbrido”, por reunir características de Estado e ao mesmo tempo de Município. Por isso, pode arrecadar impostos estaduais e municipais. A Lei Orgânica irá definir a forma de arrecadação desses tributos e onde eles devem ser aplicados. Nesse contexto, os distritais irão decidir se um imposto considerado municipal pode ser aplicado em uma obra municipal, ou se não há necessidade de se fazer qualquer diferenciação entre os impostos.

Em sua palestra, Roberto Aguiar afirmou que a Câmara Distrital poderá até mesmo definir quais são as escolas comunitárias e confessionais que terão direito a receber verbas públicas destinadas à educação. Ele ressaltou que a Assembléia Nacional Constituinte, ao permitir que os recursos públicos destinados à educação fossem repassadas para essas escolas, acabou viabilizando que as empresas privadas tivessem acesso a essas verbas. Para isso, segundo ele, “basta um nome fictício”. No entanto, os deputados distritais poderão até mesmo rever esta situação, detalhando o que deve ser considerado uma escola comunitária.